

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2027

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG001937/2026
DATA DE REGISTRO NO MTE: 01/06/2026
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR031178/2026
NÚMERO DO PROCESSO: 13621.208845/2026-23
DATA DO PROTOCOLO: 29/05/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CA, CNPJ n. 13.960.867/0001-30, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RICARDO FERNANDO MACHADO;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS, EMPRESAS DE , CNPJ n. 19.110.899/0001-23, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). NELITON ANTONIO BASTOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2026 a 30 de abril de 2027 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Econômica, das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas e de Logística e Profissional dos Trabalhadores em transportes relacionados e integrantes do 2º Grupo do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, quais sejam transportes de cargas sólidas; transportes de cargas líquidas, em garrafas, tambores e tanques; transportes terceirizados; transportes de produtos perecíveis; transportes de produtos agrícolas, pecuários, florestais, sucroalcooleiros; transportes de produtos gasosos, explosivos, inflamáveis, corrosivos; transportes de produtos industrializados, confecções, artefatos de couros, alimentos; transportes de cargas próprias; transportes de minérios brutos e industrializados; transportes em empresas de asseios, conservações, coletas de lixos urbanos, hospitalares e industriais; transportes em logísticas e multimodais; civil e do mobiliário; operadores de máquinas móveis, equipamentos leves e pesados cuja atividade profissional para locomoção seja exigida CNH - Carteira Nacional de Habilitação; motoristas, condutores e ajudantes de motoristas. EXCETO a categoria profissional específica dos condutores (motoristas) e ajudantes de motoristas em transportes de cargas próprias vinculados às empresas das categorias econômicas da indústria, comércio, serviços, agroindústria e agrocomércio, com abrangência territorial em Bom Repouso/MG, Borda da Mata/MG, Brazópolis/MG, Bueno Brandão/MG, Cachoeira de Minas/MG, Camanducaia/MG, Cambuí/MG, Careagu/MG, Conceição das Pedras/MG, Conceição dos Ouros/MG, Congonhal/MG, Consolação/MG, Córrego do Bom Jesus/MG, Cristina/MG, Delfim Moreira/MG, Espírito Santo do Dourado/MG, Estiva/MG, Extrema/MG, Gonçalves/MG, Heliadora/MG, Ipuiúna/MG, Itajubá/MG, Itapeva/MG, Jacutinga/MG, Maria da Fé/MG, Monte Sião/MG, Munhoz/MG, Natércia/MG, Ouro Fino/MG, Paraisópolis/MG, Pedralva/MG, Piranguçu/MG, Piranguinho/MG, Pouso Alegre/MG, Santa Rita do Sapucaí/MG, São João da Mata/MG, São José do Alegre/MG, São Sebastião da Bela Vista/MG, Sapucaí-Mirim/MG e Senador Amaral/MG.**

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

A partir de primeiro de maio de 2026, nenhum empregado, receberá, mensalmente, importância inferior aos seguintes pisos:

FUNÇÃO	SALÁRIO
Motorista de Carreta	R\$3.048,97
Motorista de Caminhão	R\$2.357,21
Motorista (outros veículos)	R\$2.075,35
Operador de Empilhadeira	R\$2.115,75
Operador de Empilhadeira "Classe 5"	R\$2.362,50
Conferente	R\$1.942,50
Ajudante	R\$1.806,98
Arrumador e Carregador	R\$1.806,98
Auxiliar de depósito e auxiliar de almoxarife	R\$1.806,98
Estoquista e Almoxarife	R\$1.942,50
Salário de ingresso (exceto para as funções acima)	R\$1.740,64

Parágrafo primeiro.– O empregado que exercer a função de motorista de veículo, com mais de uma articulação, receberá adicional correspondente a 15,0% (quinze por cento) do piso salarial estipulado para motorista de carreta, nele incluído o repouso semanal remunerado. O adicional será devido durante o período em que a atividade for exercida e não se incorpora à remuneração quando houver retorno à função anterior.

Parágrafo segundo. A parcela fixa da remuneração do motorista corresponderá, no mínimo, ao piso salarial estabelecido nesta Convenção e será destacada em título próprio. O salário do motorista não se confunde com outras verbas que componham sua remuneração. É vedada a forma de pagamento por comissão pura ao motorista.

Parágrafo terceiro. – A presente Convenção Coletiva de Trabalho 2026.2027 se aplica a todos os trabalhadores do Transporte Rodoviário de Cargas, bem como os trabalhadores em transportes em logísticas e multimodais;

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - ÍNDICE DE REAJUSTE

As empresas concederão aos seus empregados que não estão listados nas funções acima, a partir de primeiro de maio de 2026, reajuste salarial de 5% (cinco por cento) incidente sobre o salário de junho de 2025, compensando-se todos os aumentos e antecipações concedidos espontaneamente ou através de acordos, dissídios, adendos e os decorrentes de Leis.

Parágrafo primeiro. Sobre os salários com valor até R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) será aplicado o índice de correção salarial de 5% (cinco por cento).

Parágrafo segundo. Para os salários que excederem o limite de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), o reajuste ficará por conta de livre negociação entre o empregado e seu empregador, garantido, no entanto, o aumento mínimo correspondente ao valor de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais).

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - REMUNERAÇÃO POR PRODUTIVIDADE

As empresas poderão estabelecer remuneração por produtividade, em qualquer modalidade, desde que obedecido o piso salarial da categoria para a função exercida. Para as demais funções o piso salarial a ser

considerado será o de ajudante.

CLÁUSULA SEXTA - FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS

As empresas fornecerão aos seus empregados envelopes ou recibos de pagamento, com a discriminação das parcelas quitadas, destacando-se também o valor do FGTS correspondente.

O comprovante de depósito bancário, pelo valor líquido da remuneração, quita as parcelas que a compõem tornando desnecessária a assinatura do empregado. Estas parcelas poderão ser discriminadas, quando necessário, através de qualquer demonstrativo, inclusive eletrônico.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO SALARIAL

As empresas concederão, mensalmente, adiantamento de salário, a todos os seus empregados, até o dia 20 (vinte) de cada mês, no percentual de, no mínimo 30,0% (trinta por cento) do salário bruto do empregado, que será descontado na folha ou recibo de salário do mês correspondente.

CLÁUSULA OITAVA - CUSTEIO DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E BENEFÍCIOS

Para o Custeio de manutenção e ampliação da Câmara de Conciliação do Plano de Saúde e Benefícios, instalada no Sindicato Laboral e com os custos por ele arcados, e ainda, visando sua ampliação, as empresas arcarão com o pagamento único anual do valor de R\$ 38,00 (trinta e oito reais) por empregado e sem qualquer ônus para este. Tal valor será repassado a Câmara de Conciliação do Plano de Saúde e Benefícios até o dia **22 de junho de 2026**, mediante guia própria.

Parágrafo único: As empresas deverão solicitar o boleto e informar a quantidade de funcionários registrados em maio de 2026 no e-mail sindicatocarga@hotmail.com, até o dia 10/06/2026.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA NONA - MULTAS DE TRÂNSITO

A infração de trânsito cometida por fato decorrente do veículo é de responsabilidade da empresa, inclusive as penalidades, todavia, o empregado, antes do início de sua jornada de trabalho deverá fazer a checagem das condições do veículo, sob pena de ser responsabilizado pela infração cometida.

Parágrafo primeiro.— A infração de trânsito cometida por fato decorrente do motorista é de sua exclusiva responsabilidade, inclusive o pagamento da multa e a defesa que se fizer necessária.

Parágrafo segundo.— As empresas ficam autorizadas a proceder ao desconto da multa de trânsito correspondente, nas situações previstas no parágrafo anterior, no salário do empregado infrator, na conformidade da lei; todavia este valor deverá ser devolvido se a multa for indevida por manifestação do órgão competente.

Parágrafo terceiro. Após o recebimento da notificação de infração de trânsito, as partes, empresa ou empregado, terão 10 (dez) dias de prazo para entregar uma à outra, as informações e documentos necessários para instrução da defesa.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA DÉCIMA - DO DESCANSO SEMANAL E INTERVALO PARA REFEIÇÃO E DESCANSO

Parágrafo Primeiro. O descanso semanal remunerado poderá ocorrer em qualquer dia da semana, podendo ser acordado diretamente com o empregador, ressalvando, no entanto, que ao menos uma vez por mês, ocorra em um Domingo.

Parágrafo Segundo. A cumulatividade de descansos semanais na residência do obreiro, em viagens de longa distância previstas no art. 235-D da CLT, deverá respeitar o repouso e intervalo previstos no “caput” do artigo 235-D da CLT e fica limitada ao número de 28 (vinte e oito) dias consecutivos, Descanso devendo ser efetuado proporcionalmente de acordo com a Lei 13.103/15.

Parágrafo Terceiro. Os trabalhadores, da empresa ou de setores delas, poderão ter seu intervalo para refeição e descanso reduzido para 30 minutos, indenizando-se o tempo restante ou compensando-se na jornada semanal ou no banco de horas o que faltar para completar o intervalo concedido pela empresa aos seus trabalhadores. (Art. 611-A, III, da Lei 13.467/17).

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

Fica autorizada a prorrogação da jornada de trabalho até a terceira e quarta hora extraordinária do motorista e sua equipe, conforme disposto no *caput* do artigo 235-C da CLT e alterações advindas com a Lei nº. 13.103/15.

As horas extraordinárias serão acrescidas do percentual de 50,00% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, conforme determina a CLT.

Parágrafo único: A jornada de trabalho dos motoristas é a regida pela Lei nº 12.619/12 e pelas alterações advindas pela Lei nº. 13.103/15.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno, em conformidade com o Art. 73 e parágrafos da CLT.

Parágrafo primeiro: O trabalho noturno será compreendido das 22 (vinte e duas) horas de um dia às 5 (cinco) horas do dia seguinte.

Parágrafo segundo: O trabalho noturno será remunerado com acréscimo de 20% sobre à hora diurna, essa compreendida das 5 (cinco) horas e 01(um) minuto às 21 (vinte e uma) horas e 59 (cinquenta e nove) minutos.

Parágrafo terceiro: A hora noturna será computada como 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos, nos termos do Art. 73, §1º da CLT.

Parágrafo Quarto: somente haverá o pagamento em prorrogação do adicional noturno em Horário diurno, se o trabalhador efetivamente laborar na integralidade em jornada noturna, qual seja, àquela compreendida entre as vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, não havendo falar-se neste pagamento em prorrogação em caso de jornada mista, ou seja, se entre as vinte e duas horas de um dia e cinco horas do outro dia se ativar o trabalhador em qualquer hora neste interregno, somente serão devidas com o adicional de 20% estas horas efetivamente trabalhadas, não se admitindo como se prorrogadas as demais horas trabalhadas no período diurno.

Parágrafo Quinto: Acordam as partes aqui pactuadas que a previsão Convencionada no Parágrafo Quarto desta Cláusula Décima Segunda, não se configura supressão ou mesmo redução de direito, mas a confirmação de outras concessões recíprocas mediante negociação coletiva de que trata o artigo 7º, XXVI da Constituição Federal.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AJUDA PARA ALIMENTAÇÃO

A partir de primeiro de maio de 2026, fica mantido aos empregados que não receberem diária de viagem, ajuda para alimentação no valor líquido de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por dia de efetivo trabalho. A empresa que, por sua liberalidade, oferece lanche a seus empregados não está desobrigada do cumprimento desta cláusula.

Parágrafo primeiro: Faculta-se às empresas a modalidade de concessão deste benefício social, na conformidade ou não do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), através de tíquete, vale-refeição, cartão, cesta básica, alimentação em restaurante próprio ou de terceiros, reembolso mediante documento fiscal ou qualquer outra modalidade, **desde que o valor líquido pago não seja inferior a R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por dia de efetivo trabalho.**

Parágrafo segundo: O valor deste benefício social tem caráter indenizatório e não integra a remuneração para os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIÁRIA DE VIAGEM SEM PERNOITE

A partir de primeiro de maio de 2026, para cobrir as despesas com alimentação, as empresas pagarão a todos os motoristas e equipe do veículo, diária no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), por empregado.

Parágrafo primeiro- A diária de viagem tem caráter indenizatório, não incorpora ao contrato de trabalho, nem mesmo integra salário para quaisquer fins e será devida somente aos motoristas e equipes de viagem, no curso de uma viagem, fora da sua base ou estabelecimento da empresa, considerando-se cada período modular de 24 horas. Este período será computado a partir do início da jornada de trabalho.

Parágrafo segundo – As empresas poderão optar pelo pagamento das diárias através de prestação de contas ao final de cada viagem. Neste caso, os empregados qualificados do caput apresentarão documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas, respeitando o valor mínimo estabelecido no “caput” desta cláusula.

Parágrafo terceiro – Em qualquer hipótese – diária ou prestação de contas – As empresas deverão realizar a antecipação do pagamento das diárias de que trata o caput desta cláusula.

Parágrafo quarto. Com o recebimento de diárias, exclui-se o pagamento de ajuda alimentação estabelecida nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo quinto. A diária ora firmada tem caráter meramente indenizatório, não se integrando, portanto, para nenhum efeito, à remuneração do Empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DIÁRIA DE VIAGEM ESPECIAL COM PERNOITE

A partir de primeiro de maio de 2026, os empregados citados no caput da cláusula décima quarta terão direito a diária de viagem especial, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), desde que quando em curso de viagem, seja necessário permanecer fora de seu domicílio e que demande pernoitar. O repouso poderá ser feito na cabine do veículo. Este período será computado a partir do início da jornada de trabalho.

Parágrafo primeiro. O pagamento do benefício previsto nesta cláusula exclui o pagamento daqueles previstos nas cláusulas décima terceira e décima quarta desta CCT.

Parágrafo segundo. A diária de viagem e diária de viagem especial, ora firmadas tem caráter meramente indenizatório, não se integrando, portanto, para nenhum efeito, à remuneração do Empregado.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PAGAMENTO OPCIONAL EM DINHEIRO

Faculta-se às empresas efetuarem o pagamento do vale transporte em dinheiro, observados os critérios estabelecidos na Lei 7418/85, Decreto nº 95.247/87 e decisões judiciais autorizando esta opção, como a referida nos autos do processo TST –AA nº 366.360/97.4, DJU-07/08/98, Seção I, pág. 314 e ainda RR-2462/2005-066-02-00.5.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CONSTITUIÇÃO E ATUAÇÃO DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E BENE

As partes constituem a Câmara de Conciliação do Plano de Saúde e Benefícios com jurisdição em todos os municípios da base territorial constante desta convenção. É composta por três membros da categoria profissional e por três membros da categoria econômica e seus respectivos suplentes, todos indicados pelos respectivos sindicatos signatários. É dotada das seguintes funções, deveres e poderes:

I. Decidir, fiscalizar, determinar e dirimir todas as questões administrativas e contratuais relativamente ao plano de saúde e odontológico;

II. Autorizar, ou não, quando da impossibilidade ou dificuldade de implantação do Plano de Saúde e odontológico, por falta de rede de atendimento, a substituição deste benefício por outro;

III. Autorizar qualquer alteração envolvendo o plano de saúde e odontológico, inclusive a contratação de outros planos equivalentes, no mínimo, aos das prestadoras que atuam no sistema do transporte de cargas. Havendo interesse da empresa, ou do empregado em utilizar outro plano de saúde, sua contratação deverá ser precedida de expressa autorização da Câmara de Conciliação do Plano de Saúde e odontológico, desde que obedecidos os valores máximos de contribuição do empregado e a cobertura mínima dos planos contratados pelos sindicatos signatários;

IV. Acompanhar, fiscalizar e controlar a prestação dos serviços das prestadoras contratadas, e de toda a rede credenciada para atendimento;

V. Acompanhar a evolução dos custos e exigir das prestadoras os documentos e demonstrativos que julgar convenientes e necessários, bem como propor às Entidades, profissional e econômica, as adequações financeiras e de custos do plano de saúde, quando comprovadamente necessárias;

VI. Autorizar a contratação ou rescisão contratual das prestadoras de plano de saúde e odontológico aos sindicatos signatários, mediante parecer fundamentado.

VII. Estipular prazos e metas às prestadoras de plano de saúde e odontológico para o trabalho de prospecção e contratação, sob pena de autorizar a outras prestadoras pertencentes ao sistema de prestação de serviços de saúde no transporte de carga, a comercialização de seus produtos em percentual definido pela Câmara de Conciliação do Plano de Saúde.

VIII. Intermediar a comunicação entre trabalhadores e operadoras, no sentido de buscar junto a estas: o agendamento de exames e consultas, esclarecimentos acerca de especialidades médicas, solução de conflitos, etc.

Parágrafo primeiro. A Câmara de Conciliação do Plano de Saúde e Benefícios terá sede em Pouso Alegre-MG e terá suas despesas custeadas pela própria Câmara de Conciliação do Plano de Saúde e Benefícios e pelo Sindicato Laboral.

Parágrafo segundo. Para contratação e operação, todas as prestadoras do plano de saúde e Benefícios submetem-se e satisfazem os critérios estabelecidos pela Câmara de Conciliação do Plano de Saúde e pela ANS (Agência Nacional de Saúde). Sob pena de rescisão de contrato, as prestadoras de plano de saúde e

odontológico fornecerão à Câmara, periodicamente, a sua documentação jurídica, fiscal, econômica e técnica definida pela Câmara de Conciliação do Plano de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CONSTITUIÇÃO E CUSTEIO DO BENEFÍCIO DO PLANO DE SAÚDE

As partes estabelecem plano de saúde familiar, hospitalar/ambulatorial, e para seu custeio:

I. A empresa contribuirá mensalmente com o valor de R\$ 276,10 (duzentos e setenta e seis reais e dez centavos), por empregado, ficando autorizado, por este instrumento o desconto mensal em folha de pagamento da coparticipação, quando houver.

II. O empregado que optar em incluir seus dependentes legais, a partir de 01 de maio de 2026, arcará com o valor de R\$279,11 (duzentos e setenta e nove reais e onze centavos) para família, não importando o número de dependentes e a faixa etária, podendo ser descontado o valor da coparticipação, quando houver. Fica autorizado, por este instrumento, o desconto mensal em folha de pagamento.

III. O empregado arcará, ainda, com o valor mensal correspondente a 1,0% (um por cento) de seu salário nominal, este limitado a R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para complementação dos custos de gestão, acompanhamento e fiscalização do plano de saúde contratado. Tal valor será recolhido pelas empresas e repassado a Câmara de Conciliação do Plano de Saúde e Odontológico até o dia 10 (dez) do mês seguinte.

IV. As empresas arcarão também, com o valor mensal correspondente a 1,0% (um por cento) do salário nominal do empregado, limitado a R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para complementação dos custos de gestão, acompanhamento e fiscalização do plano de saúde contratado. Tal valor será recolhido pelas empresas e repassado a Câmara de Conciliação do Plano de Saúde e Odontológico até o dia 10 (dez) do mês seguinte.

V. O empregado ao se opor ao desconto correspondente a 1,0% (um por cento) de seu salário nominal, este limitado a R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), renuncia ao direito de incluir no plano seus beneficiários legais, e, por consequência, assume a condição de plano individual.

VI. No caso de afastamento do Empregado, este será responsável e arcará com o pagamento da sua contribuição mensal de custeio do plano, assim como, das co-participações quando houverem, e sua inadimplência, uma vez constatada e comunicada pela empresa, deverá no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta), realizar o pagamento, sob pena de não o fazendo, resultará na exclusão e cancelamento deste benefício.

Parágrafo primeiro. As empresas prestadoras dos serviços discriminarão nas faturas o valor da contribuição empresarial e o valor fixo e/ou a co-participação pagos pelo trabalhador, quando houver.

Parágrafo segundo. O plano de saúde familiar oferecido aos trabalhadores será contratado ou rescindido exclusivamente pelos Sindicatos signatários, em todos os municípios da base territorial constante desta convenção, mediante prévia e expressa autorização da Câmara de Conciliação do Plano de Saúde adiante denominada, descrita e definida, sendo eleita e escolhida a empresa NOTREDAME/INTERMEDICA E MEDIC GLOBAL SAÚDE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - OUTRAS NORMAS RELATIVAS AO PLANO DE SAÚDE

Fica autorizada a contratação de profissionais e/ou empresas especializadas e independentes para assessoramento da Câmara de Conciliação do Plano de Saúde e Benefícios, com critérios previamente definidos pelas Entidades profissional e empresarial. O custo da contratação será suportado com recursos arrecadados pela Câmara Gestora do Plano de saúde e Benefícios.

Parágrafo único. As prestadoras de plano de saúde e Benefícios contratadas pelo Sindicato profissional e econômico terão suas áreas de atuação preferenciais definidas no contrato, mediante deliberação da Câmara de Conciliação do Plano de Saúde, podendo, entretanto, atuar em todo o Estado de Minas Gerais mediante solicitação à Câmara de Conciliação do Plano de Saúde, que poderá autorizar ou não,

observando que o limite de cada operadora não poderá ser superior a cinquenta por cento da carteira total do plano de saúde do TRC.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - BENEFÍCIO SOCIAL DO TRABALHADOR (BST)

A entidade sindical laboral se compromete a fornecer, sem distinção, a todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, os seguintes benefícios sociais: **Seguro de Vida, assistência funerária, Kit bebê, armação de óculos (1x por ano) e Plano odontológico**. O custo total desses benefícios, no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por empregado, será custeado integralmente pelo empregador.

Parágrafo Primeiro – Para efetiva viabilidade financeira deste benefício e com o expreso consentimento da entidade sindical profissional, as empresas recolherão a título de contribuição social, até o dia 10 (dez) de cada mês e a partir de 10/06/2026, o valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por cada trabalhador que possua. As empresas farão a contribuição, tendo como base a totalidade dos empregados constantes no relatório do FGTS / Relação de trabalhadores, sem nenhuma redução a que título for. Este recolhimento deverá ser feito por meio de boleto bancário disponibilizado pelo sindicato laboral, que será emitido e encaminhado pela empresa EFFICAX BENEFÍCIOS E COBRANÇA LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.209.252/0001-80, que deverá emití-lo automaticamente até o dia 07 (sete) de cada mês.

Parágrafo Segundo- A prestação destes benefícios sociais iniciará a partir de **01/07/2026**.

Parágrafo Terceiro- Em situações de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente, o empregador se compromete a manter o recolhimento dos benefícios por um período de até 6 (seis) meses. Caso o afastamento ultrapasse seis meses, a partir do sétimo mês, o trabalhador que desejar manter seus benefícios deverá informar a empresa e assumir o pagamento mensal diretamente ao empregador. A continuidade dos benefícios durante o afastamento prolongado estará condicionada ao pagamento regular por parte do trabalhador.

Parágrafo Quarto - O empregador que não cumprir com suas obrigações financeiras, seja por falta de pagamento ou recolhimento insuficiente, deverá reembolsar integralmente o valor dos benefícios que deveriam ter sido prestados e utilizados. O empregador inadimplente estará sujeito a uma multa equivalente a um salário-mínimo por mês e por cada empregado afetado pela falta de pagamento. No caso em que a ação judicial for proposta pelo sindicato em substituição processual em benefício do trabalhador, 50% (cinquenta por cento) do valor da multa mencionada acima será revertida em favor da entidade sindical.

Parágrafo Quinto – O presente benefício social do trabalhador não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

Parágrafo Sexto- A empresa assume o compromisso de fornecer para empresa EFFICAX, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho, os dados dos colaboradores para inclusão nos benefícios, a documentação para implantação deverá ser solicitada pelo e-mail beneficios@efficaxbeneficios.com.br ou pelo telefone de contato 31-97252 9777, devendo a empresa manter os dados atualizados mensalmente de todos os colaboradores, e informar qualquer alteração no quadro de empregados, como admissões e dispensas.

Parágrafo Sétimo: As informações dos funcionários contratados e demitidos deverão ser atualizadas até o prazo máximo do dia 20 de cada mês para que a alteração ocorra no dia 01 do mês subsequente. No caso de admissão, essa deverá ser informada no ato, para que o colaborador não sofra com o período de carência dos planos, pois só é admitido sem carência se for incluído no ato da contratação, o mesmo vale para a inclusão de dependentes.

Parágrafo Oitavo: O não pagamento do boleto após 15 dias do seu vencimento implicará na suspensão de todos os benefícios do colaborador e dependentes, bem como aplicação da multa por descumprimento de CCT.

Parágrafo Nono: Os benefícios serão oferecidos nos seguintes termos:

1-Kit bebê

A (o) beneficiária (o) tem um benefício exclusivo no momento do nascimento dos seus filhos.

O RH ou pessoa responsável pela empresa deve solicitar o benefício do Kit bebê através do e-mail beneficios@efficaxbeneficios.com.br, enviar certidão de nascimento do bebê em até 30 dias após o nascimento, comunicando o nome completo da (o) colaboradora (o). O Kit é entregue no endereço do beneficiário ou da empresa em até 20 dias úteis após formalização do pedido.

O Baby Kit é composto por pelo menos 45 itens para cuidados com o bebê e a mãe:

- Bolsa, Trocador, Cortinado/mosquiteiro com elástico, Absorvente para Seios c/12, Shampoo e Condicionador para mamãe, Escova para limpeza de Mamadeira, Sabonete barra bebê, Cotonete c/75, Toalha de Banho c/Capuz, shampoo e condicionador para o bebê, Óleo de Amêndoas, creme dental e escova dental para mamãe, Creme hidratante, Protetor de Seios em Silicone, Banheira plástica, Kit Banho, Kit Manicure, Toalha de Fralda c/3, Pacote Algodão, Gaze, Sabonete Líquido, Talco, água de Colônia, Gel Antisséptico álcool 70° 50ml, Fralda P, Fralda M, 2 Creme para assaduras, Lenço Umedecido c/48, Fralda de Pano, Manta bebê, Kit: Virol, Lençol e fronha, Chupeta, Prendedor de chupeta, Mamadeira 150 ml, Mamadeira 240 ml, Termômetro Digital, Body calor, Body frio, Toca, Par de Luvas, Par de meias, Pano para Boca c/3, Babador c/3; (alguns itens poderão sofrer modificações)

2- Armação de óculos uma vez ao ano – todos os colaboradores munidos de receita oftalmológica poderão escolher armação de óculos uma vez ao ano na sede do sindicato ou quando não for possível poderá escolher através de chamada de vídeo e a armação será enviada via correio para o endereço da empresa;

3 - PLANO ODONTOLÓGICO: O plano atenderá a cobertura básica da Lei 9656/98 e RN338 da ANS. Importante, mantendo-se a prestadora **PRODENTAL BRASIL ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.**

Não haverá carência para o titular (e de seus dependentes se forem incluídos simultaneamente) passado este prazo as carências serão:

Cobertura	Carência registrada na ANS:
Procedimentos de Urgência e de Emergência	24(vinte e quatro) horas
Procedimentos de Radiologia e Dentística	30 (trinta) dias
Procedimentos de Periodontia;	60 (sessenta) dias
Procedimentos de Cirurgia:	60/90/120 (sessenta) dias
Procedimentos de Endodontia;	180 (cento e oitenta) dias
Procedimentos de Prótese Dental;	180 (cento e oitenta) dias

Caso o empregado decida incluir o dependente legal no plano odontológico, fica autorizado o desconto em folha de pagamento de R\$15,00 (quinze reais) por dependente.

4-SEGURO DE VIDA composto por no mínimo

- morte natural – R\$40.000,00
- morte acidental – R\$40.000,00
- Invalidez Total e/ou parcial – R\$40.000,00
- Despesas Médicas e hospitalares – R\$10.000,00
- Acidentes Pessoais (com pagamento de diárias) – R\$10.000,00
- Seguro Prestamista – R\$30.000,00

4- Auxílio Funeral – R\$5.500,00

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO BENEFÍCIO

Visando a possibilidade e maior facilidade para aquisição, Fica instituído por indicação do Sindicato Laboral e do Sindicato Patronal o CARTÃO DE BENEFÍCIOS USECRED com limite de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) a todos os empregados representados no presente instrumento, na forma abaixo discriminada, com os quais os empregados poderão realizar compras no crédito e obter descontos especiais e benefícios adicionais em estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços onde o mesmo for aceito.

Parágrafo primeiro. Fica o trabalhador responsável pelo pagamento integral das despesas efetuadas com o referido cartão e suas respectivas taxas, que deverão ser descontadas em sua folha de pagamento, ficando desde já autorizado o desconto.

Parágrafo segundo. A adesão e utilização do CARTÃO DE BENEFÍCIOS USECRED, é direito do trabalhador e de ônus exclusivo do mesmo, cabendo as empresas o fornecimento dos dados necessários para sua implantação e confecção.

Parágrafo terceiro. O valor utilizado pelo trabalhador será objeto de desconto integral, na primeira remuneração subsequente a emissão da fatura expedida pela administradora do CARTÃO DE BENEFÍCIOS USECRED.

Parágrafo quarto. Ocorrendo o desligamento do empregado associado ao respectivo CARTÃO DE BENEFÍCIOS USECRED ficam as empresas autorizadas a efetuar, integralmente, os descontos do saldo devedor no ato da homologação de sua rescisão de contrato de trabalho.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PDV)

A Constituição de 1988, em seu artigo 7º, XXVI, prestigiou a autonomia coletiva da vontade e a autocomposição dos conflitos trabalhistas, acompanhando a tendência mundial ao crescente reconhecimento dos mecanismos de negociação coletiva, retratada na Convenção n. 98/1949 e na Convenção n. 154/1981 da Organização Internacional do Trabalho, bem como, na esteira da Lei 13.467/2017, nessa trilha, as partes convencionam O PDV (Plano de Demissão Voluntária), como um mecanismo de incentivo financeiro dado pelo empregador a seus empregados, com objetivo de incentivar pedidos de rescisão contratual. Trata-se, portanto, de Autorização de transação extrajudicial, com participação do Sindicato da categoria, visando à rescisão do contrato de trabalho, nos termos do Artigo 477-B da CLT:

“Art. 477-B. Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.”

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CARTA DE APRESENTAÇÃO

As empresas que exigirem Carta de Apresentação por ocasião da admissão do empregado ficarão, em caso de dispensa sem justa causa, obrigadas ao fornecimento do documento.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - SOBRE JORNADA

Considerando o disposto no Parágrafo Único, do Art. 611-B que regras sobre duração do trabalho e **intervalos** não são consideradas como normas de saúde, higiene e segurança do trabalho para os fins do disposto neste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017);

Considerando que o descanso, a folga semanal e intervalo interjornada, junto à família e em sua residência promove melhor interação com os entes familiares, participação em eventos sociais, integração social com a comunidade e recuperação do desgaste físico e mental das atividades laborais e do distanciamento;

Considerando ainda a Tese firmada extraída do tema 1046 do STF, que São constitucionais os acordos e as convenções coletivas que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.

1- TEMPO DE CARGA E DESCARGA

As horas que excederem ao período normal de jornada regular de trabalho do motorista de transporte rodoviário de cargas **que ficar aguardando para carga ou descarga do veículo no embarcador ou destinatário ou para fiscalização em barreiras fiscais ou alfandegárias**, não serão consideradas como horas extraordinárias, aplicando-se esta disposição ao motorista e equipe do veículo.

Parágrafo primeiro – O tempo relativo ao período de carga, descarga no embarcador ou destinatário e/ou durante a fiscalização será pago como hora indenizada com base no salário-hora normal do trabalhador ou poderá ser compensado na proporção de 1 hora para cada hora, inclusive por meio do banco de horas;

Parágrafo segundo – Caberá ao motorista registrar o início e o término do período denominado **“TEMPO PARA CARGA E DESCARGA”** que deverá ser feito de forma precisa e conforme as orientações estabelecidas pela empresa para garantir a fidedignidade dos registros de jornada. Não será considerado tempo de carga, descarga ou fiscalização se os fatos ocorrerem durante o período normal de jornada de trabalho do motorista e equipe do veículo.

2- DO INTERVALO INTERJORNADA DO MOTORISTA FORA DE SEU DOMICÍLIO

Considerando as especificidades do modal de transporte rodoviário de cargas;

Considerando o elevado valor econômico das mercadorias transportadas;

Considerando a ausência de condições mínimas, adequadas e seguras a permitir a parada e o pernoite em rodovias de todo o país, colocando em risco tanto o profissional, como a sociedade em geral;

Considerando que, conforme dados atuais, o Brasil conta com apenas 161 Pontos de Parada e Descanso (PPD), número insuficiente para o cumprimento da Lei, sendo que a grande maioria se encontra na região Sul;

Considerando que o pernoite nesses Pontos de Parada, ao longo de rodovias, sujeita o trabalhador a todas às espécies de malefícios, a exemplo de drogadição, alcoolismo, insegurança, prostituição, dentre outras;

Considerando que o artigo 226 da Constituição Federal estabelece que a família é a base da sociedade, gozando de especial proteção do Estado, entende-se, nesse sentido, que a proibição do fracionamento do intervalo interjornada não atende ao objetivo da norma, qual seja, permitir que o trabalhador retorne o mais breve possível a sua residência, pois o mesmo está sendo privado de seu convívio familiar, bem como de seu pertencimento como membro de sua comunidade, o que ao cabo configura violação da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF);

Ainda, considerando o quanto decidido pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento dos Embargos Declaração nos autos da ADI 5322:

Acordam as partes convenientes que, nas viagens de longa distância, o intervalo interjornada de 11 (onze) horas poderá ser fracionado em 2 (dois) períodos, sendo o primeiro de 8 (oito) horas ininterruptas e o

remanescente usufruído dentro das 15 (quinze) horas seguintes ao fim do primeiro período.

Parágrafo Único: Ainda, reconhecem as partes que o descanso mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas atende às necessidades de descanso do motorista, sendo tempo suficiente para que este possa se recuperar e mantenha seu nível pleno de concentração e cognição na condução de veículo, sem que tal situação implique em comprometimento da segurança viária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BANCO DE HORAS

O banco de horas na forma da Lei nº 9.601/98, terá regulamentação mínima adiante estipulada:

I. Condições especiais ou diferentes das estipuladas nesta Convenção, para o banco de horas, deverão ser objeto de negociação entre empresa e entidade profissional.

II. As partes estabelecem a jornada flexível de trabalho visando à formação do banco de horas, com prazo de compensação estipulado em 12 (doze) meses devendo iniciar e finalizar na vigência da CCT, ou seja, de 01/05/2026 a 30/04/2027.

III. O sistema de flexibilização não prejudicará o direito dos empregados quanto aos intervalos interjornada, intrajornada e repouso semanal.

IV. – As empresas que optarem pela utilização do banco de horas deverão, após sua formalização, dar ciência ao respectivo Sindicato Profissional, sob pena de ser considerado inválido.

V. A remuneração efetiva dos empregados, durante a vigência da Convenção Coletiva de Trabalho permanecerá sobre 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 220 (duzentos e vinte) horas mensais, salvo faltas ou atrasos injustificados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DISCIPLINAMENTO DO BANCO DE HORAS

O banco de horas, formado pelos créditos e débitos da jornada flexível, será disciplinado da seguinte forma:

I. Serão lançadas a título de hora crédito do empregado 50,0% (cinquenta por cento) das horas trabalhadas excedentes à 44ª (quadragésima quarta) hora semanal e os 50,0% (cinquenta por cento) das restantes serão pagas na forma da lei, desta Convenção, Adendo ou Acordo Coletivo de Trabalho.

II. O critério de conversão face o trabalho prestado além da 44ª (quadragésima quarta) hora semanal será na proporção de uma hora de trabalho por uma hora de compensação.

III. Ocorrendo horas não trabalhadas do empregado, a seu pedido ou concedidas de comum acordo entre as partes, estas serão compensadas, no banco de horas, na sua totalidade.

IV. As horas compensadas não terão reflexo no repouso semanal remunerado, nas férias, no aviso prévio, no décimo terceiro salário e nem em qualquer outra verba salarial.

V. As empresas fornecerão aos empregados demonstrativo mensal do saldo existente no banco de horas, juntamente com o demonstrativo mensal de pagamento de salário.

VI. O período de compensação deverá ser comunicado, por escrito, ao empregado com antecedência mínima de 1 (um) dia.

Parágrafo primeiro. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, sem que tenha havido a total compensação das horas crédito do empregado, estas serão quitadas, em destaque, no termo de rescisão de contrato de trabalho.

Parágrafo segundo. É vedada a compensação do saldo do Banco de Horas no período do aviso prévio.

Parágrafo terceiro. A compensação deverá ocorrer até 30/04/2027, não havendo total compensação das horas créditos do empregado até a data prevista, estas serão quitadas na folha de pagamento.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO PARA REFEIÇÃO E DESCANSO

Nos termos do inciso III do art. 611-A da [CLT](#), as partes convencionam que o intervalo mínimo para jornada acima de 6 horas pode ser reduzido, desde que respeitado o limite mínimo de 30 minutos.

DESCANSO SEMANAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ACÚMULO DE DESCANSO SEMANAL REMUNERADO

Na conformidade da norma controladora da jornada de trabalho prevista na CLT, e disciplinada na Lei nº 12.619/2012 e 13.103/2015, fica permitido o acúmulo de descanso semanal, desde que não ultrapasse 72 (setenta e duas) horas e que seja gozado obrigatoriamente em sua base de residência, quando do retorno de sua viagem, devendo, pelo menos uma vez ao mês, coincidir com o domingo.

Parágrafo único. O descanso semanal a que se refere esta cláusula, em quaisquer condições, só será usufruído na base de residência do empregado, salvo motivo de força maior, ou outro local à escolha do empregado.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - REGISTRO DE PONTO

As empresas manterão registro de ponto, onde constem as entradas e saídas, para seus trabalhadores sob regime de controle de jornada. É facultativa a anotação do intervalo para alimentação e descanso.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - SISTEMAS ALTERNATIVOS DE CONTROLE DE JORNADA

As empresas poderão adotar, conforme o disposto na Portaria 373 de 25/02/2011, sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, em seus exatos termos, a exceção dos motoristas cujos controles serão os estabelecidos na Lei nº 12.619/12 e 13.103/15.

Parágrafo Primeiro - O motorista profissional é responsável por controlar e registrar o tempo de condução, com vistas à sua estrita observância.

I - A não observância dos períodos de descanso sujeitará o motorista profissional às penalidades previstas na legislação de espécie;

II - O tempo de direção será controlado mediante registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo e, ou por meio de anotação em diário de bordo, ou papeleta ou ficha de trabalho externo, ou por meios eletrônicos instalados no veículo, que as partes reconhecem como meios idôneos para controle da jornada. Para este fim, o motorista deverá ter ciência dos controles de sua jornada em periodicidade não superior a um mês;

III - O equipamento eletrônico ou registrador deverá funcionar de forma independente de qualquer interferência do condutor ou da empresa, quanto aos dados registrados;

IV - A guarda, a preservação e a exatidão das informações contidas no equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e de tempo são de responsabilidade do condutor.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - EMPREGADO ESTUDANTE

Os empregados estudantes em estabelecimentos oficiais ou devidamente autorizados, quando em provas com horário coincidente com o do trabalho, terão abonadas suas faltas, desde que comuniquem por escrito à empresa, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO ESPECIAL

Nos termos do Art. 59-A da CLT, faculta-se às empresas a estipulação de jornada especial de 12 x 36 (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de folga), para os setores onde a demanda o exigir. Aos motoristas, quando em viagem de longa distância, aplica-se o disposto na Lei nº 12.619/12 e 13.103/15

Parágrafo primeiro: Os dias trabalhados nos domingos são considerados como dias normais, face à compensação da jornada, e não implicam acréscimo adicional ao salário, especialmente horas extras, salvo quanto ao adicional para a jornada noturna.

Parágrafo segundo: O retorno à jornada normal de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais não implica em alteração salarial.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FORNECIMENTO DE UNIFORME



O fornecimento de uniforme será gratuito, quando exigido o seu uso, e será devolvido por ocasião da rescisão contratual, bem como o equipamento de proteção individual, prescrito por lei, ou em face da natureza do trabalho prestado.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas que não mantiverem serviços médicos próprios ou convênio com clínicas especializadas, aceitarão os atestados médicos da respectiva entidade sindical dos empregados, dentro dos limites previstos pela legislação da Previdência Social.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas, quando solicitadas por escrito, fornecerão ao sindicato profissional, em cada período de 12 (doze) meses, relação dos empregados existentes na mesma.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL SETSUL

As empresas que pertencem à base territorial do SETSUL – Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Sul de Minas Gerais, conforme decisão de sua AGE Assembleia Geral Extraordinária, pagarão a contribuição assistencial patronal do exercício equivalente à CCT de 2026/2027, da seguinte forma:

I. A contribuição assistencial corresponderá ao valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por empregado existente na empresa em maio/2026, ou no mês em que iniciou suas atividades, se posterior a esta data, fixando-se o valor mínimo de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) que corresponde a 0 a 5 (zero a cinco) empregados e o máximo de R\$ 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta reais) que corresponde a 350 (trezentos e cinquenta) empregados.

II. O Recolhimento deverá ser feito até o dia 10 de julho de 2026, ou até o último dia do mês em que iniciou suas atividades, se posterior a esta data.

III. A guia de recolhimento será encaminhada para pagamento no respectivo vencimento, ou solicitada à Tesouraria do Sindicato.

Parágrafo Único. As empresas poderão manifestar seu direito de oposição, devidamente fundamentado, no prazo de até 10 (dez) dias antes do vencimento da contribuição.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - NÚCLEO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA - ACORDO EXTRAJUDICIAL

As partes estabelecem a formação do **NÚCLEO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA**, com atribuições para promover a Conciliação Extrajudicial, sendo o local por excelência, para a composição de acordo extrajudicial, previsto no artigo 855-B, da Lei nº 13.467/17, entre empresa e trabalhador, sendo que este será representado, em todas as fases, preferencialmente, por advogado do sindicato.

Parágrafo primeiro – O Núcleo Intersindical funcionará na sede do Sindicato Laboral, e o regimento interno com as normas de atendimento e forma de cobrança será redigido com a participação dos Sindicatos

convenientes, dando-se sua aprovação, será mantido à disposição na sede para consulta de interessados.

Parágrafo segundo – O Núcleo Intersindical contempla a Comissão de Conciliação Prévia (CCP), cuja criação e funcionamento foram instituídos no âmbito dos Sindicatos signatários desde o ano de 2017, em conformidade com a Lei nº 9.958/2000 que incluiu o art. 625-A a 625-H da CLT e com as disposições constantes dos respectivos Regimentos Internos. Reconhece-se, portanto, a validade e eficácia dos atos conciliatórios realizados no período anterior, inclusive no que tange à tentativa de composição prévia e à lavratura de termos de conciliação, os quais produzem todos os efeitos legais, cuja redação é:

“DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

As entidades sindicais signatárias desta Convenção Coletiva de Trabalho resolvem instituir, com fulcro na Lei nº 9.958/2000, a Comissão de Conciliação Prévia – CCP, com jurisdição em todos os municípios da base territorial constante desta norma coletiva, conforme descrito no preâmbulo.

§1º. A Comissão de Conciliação Prévia será composta por dois membros titulares e respectivos suplentes, sendo um indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas em Geral de Pouso Alegre e Região e um indicados pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Sul de Minas Gerais.

§2º. A CCP terá por finalidade tentar a conciliação de conflitos individuais do trabalho, envolvendo empregados e empregadores representados pelas categorias signatárias, antes do ajuizamento de ações perante a Justiça do Trabalho.

§3º. São atribuições da Comissão de Conciliação Prévia:

I – Agendar e realizar sessões conciliatórias com vistas à solução consensual dos conflitos de trabalho individuais;

II – Lavrar o termo de conciliação com força de título executivo extrajudicial, quando houver acordo entre as partes;

III – Encaminhar às partes termo de tentativa frustrada de conciliação, caso não se obtenha o acordo, permitindo-se o regular acesso ao Poder Judiciário;

IV – Manter registros e relatórios estatísticos de suas atividades, os quais deverão ser disponibilizados anualmente aos sindicatos signatários.

§4º. A Comissão terá sede na cidade de Pouso Alegre/MG, podendo manter postos de atendimento em outros municípios da base territorial, mediante deliberação conjunta dos sindicatos.

§5º. A estrutura física, os custos operacionais e os encargos administrativos da Comissão de Conciliação Prévia serão custeados de forma solidária pelos sindicatos convenientes, podendo haver repasse de custos operacionais à parte requerente no processo conciliatório, a ser definido em regulamento interno.

§6º. As sessões conciliatórias serão realizadas mediante provocação do interessado, podendo ser convocadas presencial ou virtualmente, nos moldes definidos pelo regulamento interno da Comissão.

§7º. As empresas abrangidas por esta Convenção se comprometem a divulgar internamente a existência e o funcionamento da Comissão de Conciliação Prévia, incentivando a utilização do mecanismo como meio alternativo de solução de conflitos.

§8º. As disposições complementares ao funcionamento da CCP, inclusive critérios de remuneração de seus membros, prazos, forma de convocação e regulamento interno, serão definidas por ato conjunto dos sindicatos signatários, respeitados os limites legais.”

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA QUITAÇÃO ANUAL DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Empresa e Empregado, podem, anualmente comparecer perante o Sindicato Laboral, para obter termo de quitação anual, fazendo discriminar tudo o que foi pago e, não havendo ressalvas, com efeito LIBERATÓRIO GERAL, ou seja, dada a quitação, não poderá o empregado reclamar posteriormente direito que não ressalvou.

Parágrafo único: O Sindicato para promover o Termo de quitação anual, poderá cobrar uma taxa assistencial a cargo da empresa, para prover os seus custos de manutenção, cujos valores serão previamente definidos por mútuo acordo entre os sindicatos convenientes

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISOS

As empresas se obrigam, quando solicitadas, a afixar no quadro de avisos as notícias da respectiva entidade sindical profissional, dirigidas a seus associados, desde que não contenham matéria político-partidária e nem ofensas aos sócios e superiores das empresas.

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - REGRA MAIS FAVORÁVEL

Qualquer coincidência de concessão entre Cláusula deste instrumento e norma legal autoaplicável, terá aplicação a regra mais favorável, vedada a cumulatividade, observada de qualquer forma a norma de compensação.

Parágrafo único. Fica ressalvada a superveniência de lei dispondo imperativamente de modo diverso, que passará a ser cumprida.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE INSTRUMENTO COLETIVO

O não cumprimento desta CCT, por parte das empresas, ensejará multa no valor de R\$1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais) por cláusula descumprida, por empregado e por mês, limitados ao valor máximo de R\$9.726,00 (nove mil setecentos e vinte e seis reais) por empregado, a ser revertida em favor do empregado prejudicado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Havendo coincidência entre a multa fixada no caput e outra estabelecida em lei, elas não se acumularão, sendo devida a que for mais benéfica ao empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do sindicato laboral propor ação de cumprimento ou substituição processual em benefício do trabalhador, a multa a que se refere o caput desta cláusula será revertida 50% em favor da instituição sindical e 50% em favor do empregado prejudicado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As partes aqui convencionadas decidiram que o estabelecimento da multa, observa os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, possuindo caráter compensatório e pedagógico, sem gerar enriquecimento indevido.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS

As empresas, desde que solicitadas por escrito e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, fornecerão a seus empregados o atestado de afastamento e salários, para obtenção de benefício previdenciário, salvo se houver motivo justificado para recusa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA SUBMISSÃO AO TESTE DO

ETILOMETRO

Visando a harmonia do trânsito, a segurança do próprio trabalhador, a segurança dos demais trabalhadores e usuários das vias, o teste etílico ou bafômetro poderá ser feito de forma geral, além da finalidade principal da prevenção de acidentes, e ainda, com base na Lei nº 12.619/2012 que acrescentou o art. 235-B à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e a recusa do trabalhador em submeter ao teste configura conduta grave, autorizando a dispensa por justa causa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DA INSTITUIÇÃO DE CONCESSÃO DE SELO SINDICAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Sindicato dos Trabalhadores EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS EM GERAL DE POUSO ALEGRE E REGIÃO na condição de certificador e concedente poderá conceder para as empresas que obedecerem aos requisitos legais e negociais, derivados de negociação coletiva de trabalho, SELO SINDICAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, cuja certificação poderá utilizar e disponibilizar em seus produtos e ou contratos de serviços.

}

RICARDO FERNANDO MACHADO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CA

NELITON ANTONIO BASTOS
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS, EMPRESAS DE

ANEXOS
ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

